

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	6
--------------------------------	---

DMPL - 09/02/2009 à 31/12/2009	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	9
---	---

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes	56
-------------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	58
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	263.399.525
Preferenciais	263.399.525
Total	526.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	1.748.960	1.450.146
1.01	Ativo Circulante	53.137	31.464
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.311	8.183
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.230	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.230	0
1.01.03	Contas a Receber	21.345	15.206
1.01.03.01	Clientes	21.345	15.206
1.01.06	Tributos a Recuperar	624	241
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	624	241
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.916	7.135
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.711	699
1.02	Ativo Não Circulante	1.695.823	1.418.682
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.829	1.042
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.829	1.042
1.02.03	Imobilizado	906	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	906	0
1.02.04	Intangível	1.693.088	1.417.640
1.02.04.01	Intangíveis	1.693.088	1.417.640
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.259.329	1.303.807
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	433.759	113.833

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	1.748.960	1.450.146
2.01	Passivo Circulante	70.373	1.351.483
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.337	1.143
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.138	390
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.199	753
2.01.02	Fornecedores	27.006	37.479
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	27.006	37.479
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.549	3.430
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.140	1.264
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.409	2.166
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	30.630	690.340
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.773	690.340
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.773	690.340
2.01.04.02	Debêntures	24.857	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.315	619.091
2.01.05.02	Outros	1.315	619.091
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	976	618.975
2.01.05.02.05	Outros passivos	339	116
2.01.06	Provisões	536	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	536	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	536	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.327.871	270
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.326.230	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	197.983	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	197.983	0
2.02.01.02	Debêntures	1.128.247	0
2.02.03	Tributos Diferidos	941	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	941	0
2.02.04	Provisões	700	270
2.02.04.02	Outras Provisões	700	270
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial (ICPC 01)	700	270
2.03	Patrimônio Líquido	350.716	98.393
2.03.01	Capital Social Realizado	526.799	198.619
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-176.083	-100.226

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 09/02/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	663.434	235.027
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-491.564	-219.070
3.03	Resultado Bruto	171.870	15.957
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.171	-11.879
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.171	-11.879
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-25.384	-11.875
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-2.510	0
3.04.02.03	Outras receitas, líquidas	-277	-4
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	143.699	4.078
3.06	Resultado Financeiro	-219.402	-105.346
3.06.01	Receitas Financeiras	3.449	1.140
3.06.01.01	Receitas financeiras	3.449	1.140
3.06.02	Despesas Financeiras	-222.851	-106.486
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-75.703	-101.268
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-154	1.042
3.08.02	Diferido	-154	1.042
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-75.857	-100.226
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-75.857	-100.226
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 09/02/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-260.167	-95.820
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	221.853	26.204
6.01.01.01	Prejuízo do período antes do IR e CS	-75.703	-101.268
6.01.01.02	Depreciação e amortização	62.998	36.127
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	430	270
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	234.128	91.075
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.947	18.887
6.01.02.01	Aplicação financeira	-7.230	0
6.01.02.02	Contas a receber	-6.139	-15.206
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-384	-241
6.01.02.04	Despesas antecipadas	5.219	-7.135
6.01.02.05	Outros ativos	-1.012	-699
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	2.730	1.143
6.01.02.07	Fornecedores	-10.473	37.479
6.01.02.08	Tributos a pagar	4.119	3.430
6.01.02.09	Outros passivos	223	116
6.01.03	Outros	-469.073	-140.911
6.01.03.01	Receita de construção civil	-338.267	-116.529
6.01.03.02	Juros pagos - BNDES	-2.194	0
6.01.03.03	Juros pagos - Empréstimo ponte	-128.412	-24.382
6.01.03.04	Juros pagos - Mútuo	-200	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-641.634	-749.992
6.02.01	Adições ao intangível - Outorga	-640.659	-749.992
6.02.02	Aquisições de imobilizado	-975	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	913.929	853.995
6.03.01	Pagamento de empréstimo	-923.437	-250.000
6.03.02	Obtenção de empréstimos - Empréstimo ponte	248.497	905.376
6.03.03	Obtenção de empréstimos - Debêntures	1.064.730	0
6.03.04	Obtenção de empréstimos - BNDES	200.383	0
6.03.05	Obtenção de emprestimo de empresa do grupo Odebrecht	59.321	0
6.03.06	Aumento de capital social	264.435	198.619
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12.128	8.183
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.183	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.311	8.183

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	198.619	0	0	-100.226	0	98.393
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	198.619	0	0	-100.226	0	98.393
5.04	Transações de Capital com os Sócios	328.180	0	0	-75.857	0	252.323
5.04.01	Aumentos de Capital	347.986	0	0	-75.857	0	252.323
5.04.08	Capital social a integralizar	-19.806	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	526.799	0	0	-176.083	0	350.716

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 09/02/2009 à 31/12/2009**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	198.619	0	0	-100.226	0	98.393
5.04.01	Aumentos de Capital	208.813	0	0	0	0	0
5.04.08	Capital social a integralizar	-10.194	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	198.619	0	0	-100.226	0	98.393

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 09/02/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	694.234	246.295
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	354.473	129.434
7.01.02	Outras Receitas	339.761	116.861
7.01.02.01	Receita de Construção	338.267	116.529
7.01.02.02	Outras receitas	1.494	332
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-426.502	-185.329
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-426.502	-185.329
7.03	Valor Adicionado Bruto	267.732	60.966
7.04	Retenções	-62.998	-36.127
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-62.998	-36.127
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	204.734	24.839
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.456	1.144
7.06.02	Receitas Financeiras	3.449	1.140
7.06.03	Outros	7	4
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	208.190	25.983
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	208.190	25.983
7.08.01	Pessoal	22.488	5.479
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.543	3.718
7.08.01.02	Benefícios	4.406	1.446
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.539	315
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	33.999	12.442
7.08.02.01	Federais	16.200	5.958
7.08.02.03	Municipais	17.799	6.484
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	227.560	108.288
7.08.03.01	Juros	222.890	106.460
7.08.03.02	Aluguéis	4.670	1.828
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-75.857	-100.226
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-75.857	-100.226

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

ROTA DAS BANDEIRAS – 2010

A administração da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. “Concessionária”, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2010, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

1. Mensagem da Administração

A partir da zero hora do dia 3 de abril de 2009, a Concessionária assumiu a operação e a administração do Sistema Rodoviário denominado Corredor Dom Pedro I, mediante cobrança de pedágios, que contempla a SP-065 (Rodovia Dom Pedro I) e trechos das rodovias SP-332, SP-083, SP-360 e SP-063. De fundamental importância na interligação do fluxo de veículos entre o interior paulista, o Corredor Dom Pedro I possui atualmente a malha viária de 277 km, e será acrescido através de obras de ampliação de 20 km adicionais, totalizando a extensão de 297 km ao término da concessão.

Ao longo dos 30 anos de concessão, a Concessionária, empresa da Organização Odebrecht, investirá R\$ 2,1 bilhões em obras de ampliação, duplicação, prolongamento, recuperação de rodovias, sinalização, monitoramento, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, implantação de marginais, manutenção e melhoria dos sistemas de operação e conservações preventivas, dentre outros.

A Concessionária apresentou resultado operacional positivo com base em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de Dezembro de 2010, demonstrando desempenho operacional no negócio.

Contando com a experiência e credibilidade da organização Odebrecht na prestação de serviços públicos, a Concessionária firma seu compromisso com a melhoria contínua da prestação de seus serviços através de planejamento e foco constante na eficiência de sua gestão operacional, de modo qualificado com o objetivo de tornar-se uma empresa modelo do setor concessões rodoviárias.

A Concessionária agradece a seus usuários, aos acionistas, aos colaboradores, ao Governo do Estado de São Paulo e à ARTESP, às instituições financeiras, à Polícia Militar Rodoviária e demais parceiros, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o sucesso dessa promissora trajetória.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

2. Desempenho Econômico Financeiro

- **2.1 Receitas**

Em conformidade com as novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, em dezembro de 2010, a Concessionária obteve receita líquida de R\$ 663.464 milhões, oriunda prioritariamente da arrecadação dos pedágios através de numerários, de equipamento eletrônico - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) e de vale pedágio, além de outras receitas oriundas da exploração da rodovia. Nesse período a Concessionária reconheceu R\$ 338.267 de receita de construção, que somada aos R\$ 325.167 de receita líquida de pedágio, totalizaram os R\$ 663.434, anteriormente citados.

De acordo com a interpretação, nos itens 13 e 14, a Companhia deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços prestados ou melhoria por referência ao estágio de conclusão da construção, sendo essa receita medida pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber, conforme orientação do CPC 30 – Receitas.

A Companhia, para apurar o valor justo, utilizou o custo total incorrido com as obras de Infra-Estrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor da receita de construção o método de cálculo por dentro, a saber, *Gross up*.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Abaixo breve resumo da composição das receitas:

Em R\$ mil	2010	2009
Receita Bruta		
Receita de Pedágio	354.473	129.434
Receita de Construção	338.267	116.529
Outras Receitas	1.494	332
(-) Deduções da Receita Bruta	<u>(30.800)</u>	<u>(11.268)</u>
Receita Líquida	663.434	235.027
(-) Custos/despesas operacionais	(184.851)	(115.585)
(-) Custo de construção	(334.884)	(115.364)
EBIT	143.699	4.078
Margem EBIT	21,7%	1,7%
(+) Depreciação/amortização	62.998	36.127
EBITDA	206.697	40.204
Margem EBITDA	31,2%	17,1%

Na elaboração das demonstrações financeiras a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, bem como as respectivas modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09 (MP 449/08).

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- **2.2 Custos Operacionais e Despesas Administrativas**

Os custos dos serviços prestados e as despesas gerais e administrativas refletem os custos com manutenção e conservação da rodovia, gastos com pessoal, bem como o direito de outorga da concessão.

Os custos de construção de Infra-Estrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão, aprovada em 06 de novembro de 2009 pela Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O valor é composto pela contabilização dos custos de construção da infra-estrutura, a provisão dos custos com conserva especial projetado para os dois últimos períodos, conforme plano de investimento firmado com a ARTESP, trazido a valor presente, e da amortização do intangível.

- **2.3 Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido em Dezembro de 2010 refere-se às receitas financeiras, compostas pela receita de aplicação financeira, deduzidas das despesas financeiras, compostas pelos juros do empréstimo, financiamento e das debêntures, imposto sobre operações financeiras e comissões bancárias sobre empréstimos e encargos financeiros pela aquisição da concessão.

- **2.4 Endividamento**

Em 31 de Dezembro de 2010, a dívida bruta da Concessionária, adquirida em moeda local, representou R\$ 1.395 milhões, sendo R\$ 208 milhões (BNDES) e R\$ 1.187 milhões (Debêntures), e custos de captação no montante de R\$ 39 milhões, sendo R\$ 34 milhões (Debêntures) e R\$ 5 milhões (BNDES), valores utilizados para financiar as obrigações da concessão, principalmente obras e outorga fixa.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- **2.5 Investimentos**

Os investimentos realizados pela Concessionária no Corredor Dom Pedro I em 2010 representaram R\$ 338 milhões despendidos integralmente na construção de instalações, pavimentações, conservação especial, equipamentos de pedágio, ampliações e melhorias, dentre outros.

Intangível em Infra-Estrutura

Após a adoção do ICPC 01, todo custo do investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a Infra-Estrutura da concessão, passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pelo método linear às taxas anuais.

- **2.6 Gestão de Pessoas**

A Concessionária utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht — TEO, como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

Menor Aprendiz

A Companhia em parceria com a Instituição Casa do Pequeno Trabalhador de Atibaia, por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de tornar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

• 2.7 Governança Corporativa

Na Concessionária Rota das Bandeiras o objetivo da governança corporativa é garantir que as melhores práticas adotadas pelo mercado sejam aplicadas na condução e gestão do negócio, alinhando a tomada de decisões que proporcione o crescimento, a sobrevivência e a perpetuidade do negócio com o retorno do investimento realizado pelos acionistas.

A Companhia, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destaca as principais práticas adotadas atualmente:

Conselho de Administração

- O Conselho de Administração da Companhia é formado por, no mínimo, dois membros com experiência em finanças para conduzir os temas referentes aos aspectos contábeis, além dos referentes à gestão financeira do negócio;
- Formado por membros independentes da administração da Companhia;
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões;
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio (Executivo principal).

Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Completa independência dos auditores no intuito de se evitar conflito de interesses;
- Adoção dos princípios de contabilidade conforme normas internacionais e as vigentes no Brasil;
- Documento de recomendação dos auditores analisado pelos membros do Conselho de Administração e demais executivos da organização para fins de adoção das medidas propostas.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Conduta e Código de Ética

- Existência de Código de Ética da Organização Odebrecht, aprovado e divulgado para todos os negócios do Grupo, e, conseqüentemente todos seus integrantes.

Transparência e Gestão

- Existência de website da área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das informações e resultados da empresa;

- Divulgação de forma tempestiva das informações trimestrais e anuais do negócio;

- Utilização de práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

• 2.8 Responsabilidade Social

A Concessionária apóia a campanha "Nem todo acidente é um acidente", promovida pela Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET), que tem como objetivo a conscientização dos motoristas e a prevenção de acidentes de trânsito. Além disso, a Companhia patrocina a Campanha "Na Rota da Saúde contra a Hepatite C" que ministra palestras nos municípios lindeiros à rodovia Dom Pedro I sobre a Hepatite C, suas formas de tratamento e riscos associados.

Com o objetivo de alertar os usuários do Corredor Dom Pedro sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias, a Concessionária realizou em dezembro de 2010 a campanha "Na mão certa", com o intuito de chamar a atenção sobre o tema por meio da distribuição de folhetos informativos. Durante a campanha, os motoristas realizaram uma série de exames de saúde, como odontológicos, aferição de pressão arterial, testes de glicemia, hepatites B e C, H1N1, Febre Amarela e vacina tetânica dupla, além da distribuição de preservativos aos participantes da campanha e cartilhas com orientações sobre segurança no trânsito.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- **2.9 Considerações Finais**

As demonstrações financeiras da Concessionária Rota das Bandeiras S.A – CRB, apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Conselho de Administração

Conselheiros: Geraldo Villin Prado
Marcelo Felberg
Irineu Berardi Meireles
Carlos Hermann Filho

Diretoria Executiva

Diretores: Lucas Cive Barbosa
Luiz Cesar Lindgren Costa
Nelson Tadashi Tsunoda

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Rota das Bandeiras” ou “Companhia”) foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (“ARTESP”), de 2 de abril de 2009.

O Corredor Dom Pedro I possui atualmente a extensão de 277 km e poderá ser acrescido da construção de 20 km adicionais, totalizando 297 km ao término da concessão. É constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes do Contrato de Concessão:

- No Corredor Dom Pedro I:
 - Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários e postos da Polícia Militar Rodoviária;
 - Reforma da praça de pedágio de Itatiba;
 - Demolição da praça de pedágio de Nazaré Paulista;
 - Construção das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Jundiá, Louveira e Paulínia;
 - Implantação e melhorias de acessos, marginais, vias perimetrais, faixas adicionais, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestres, dispositivos de entroncamentos e readequação das interseções;
 - Duplicação de rodovia, retificação de traçado e implantação de retornos em nível e desnível; e
 - Alargamento de obras de arte especiais e construção de viadutos.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2010, a Companhia obteve o registro de Companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da publicação do Ofício CVM nº 16/2010.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 10 de março de 2011.

Reestruturação societária

Em linha com a definição estratégica da Organização Odebrecht de segregar suas áreas específicas de negócios, em 30 de junho de 2010, objetivando-se a segregação dos negócios de transporte e logística, após processo de reestruturação societária, a Odebrecht TransPort Participações S.A. (“OTPP”) passou a deter 99,99% do capital social da Companhia, tendo a Odebrecht TransPort S.A. (“OTP”) e a Odebrecht S.A. (“ODB”), respectivamente, como controladores indiretos da Companhia.

Equalização do capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 17.236 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 1.320.019). A diminuição apresentada em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2009 é resultado, principalmente, da quitação do empréstimo sindicalizado e da liquidação da obrigação decorrente da aquisição do direito de outorga da concessão, conforme mencionado nas notas explicativas 13 e 14, respectivamente.

Para minimizar os efeitos do capital circulante líquido negativo em dezembro de 2009, a Companhia captou recursos de longo prazo mediante a emissão de debêntures não conversíveis em ações, no montante de R\$ 1.100.000, nas condições apresentadas na nota 13, utilizando esses recursos para quitar o empréstimo ponte.

Adicionalmente, em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou empréstimo de longo prazo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, mediante contrato de abertura de crédito de até R\$ 921.503, destinado à realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I, conforme compromissos assumidos no contrato de concessão (Nota 13). Esses investimentos serão realizados até 2015.

Baseados nas projeções financeiras da Companhia o capital circulante líquido encontrará o equilíbrio e se tornará positivo com a redução da necessidade de utilização dos recursos provenientes das atividades operacionais na realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I, em função da utilização da linha de crédito contratada com o BNDES, bem como, em virtude da liquidação da última parcela da Outorga Fixa, em outubro de 2010.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Assim, essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação da provisão para imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem

Notas Explicativas

maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com os CPCs pela Companhia. Uma vez que a Companhia foi constituída em fevereiro de 2009, não estão sendo apresentados no balanço patrimonial os saldos relativos ao balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil ("BR GAAP antigo") e os CPCs, incluindo as reconciliações do Patrimônio líquido, estão apresentadas na Nota 23.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem as contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados,

Notas Explicativas

inicialmente, pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações de hedge.

(c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

(d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(f) Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Notas Explicativas

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(h) Ativos intangíveis

(h.1) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas pode vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde diferentes pressupostos e estimativas e alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e, portanto, ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras.

A amortização é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11.

(h.2) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 11.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(h.3) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados, pelo método linear, pelo prazo da concessão.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "Direito de Outorga da concessão", no ativo intangível (Nota 11). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada linearmente com base no prazo da concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 8% a.a., taxa essa estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 11,2% ao ano e apropriados pelo prazo de concessão de 30

Notas Explicativas

anos. Esta provisão está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando R\$ 700 em 31 de dezembro de 2010.

(j) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(k) Credor pela aquisição da concessão

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

O valor presente foi calculado a uma taxa de 8% a.a., taxa essa estimada para juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, e seus efeitos são calculados com base na taxa efetiva e apropriados ao resultado, como despesas financeiras, com base no prazo contratualmente previsto para liquidação da obrigação.

(l) Empréstimos e Debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), com base na taxa efetiva.

(m) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

(n) Reconhecimento de receita

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias por referência ao estágio de conclusão da construção.

(o) Regime Tributário de Transição – RTT

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e, a partir do ano-calendário de 2010, obrigatório para as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real. Assim, considerando que nenhuma legislação disciplinando os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis foi editada, a Companhia permanece adotando os preceitos do RTT, quais sejam, de eliminar, para fins fiscais, os

Notas Explicativas

efeitos decorrentes dos novos regramentos contábeis, utilizando-se, para tanto, as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

(p) **Benefícios a empregados**

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a ODEPREV - Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. ("ODB"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 montaram a R\$ 106, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 montaram a R\$ 6.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas demonstrações financeiras, sendo as informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Diretoria Executiva, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e poderá afetar a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 10 de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9 em suas demonstrações financeiras.
- IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 10 de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. Até 31 de dezembro de 2010 a Companhia não optou pela aplicação prévia dessa norma, uma vez que ainda está avaliando o impacto da mesma em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes ou não são aplicáveis para as operações da Companhia

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes ou não são aplicáveis para as operações da Companhia:

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2010.

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data da entrada em vigor</u>
Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações"	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou <i>warrants</i> para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou <i>warrants</i> de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	1º de julho de 2010
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (<i>funding</i>) e sua Interação"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011

Notas Explicativas

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data da entrada em vigor</u>
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	<p>O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada.</p> <p>Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.</p>	1º de janeiro de 2013

Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicações</u>
IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"	<p>(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção</p> <p>Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.</p>	Aplicado prospectivamente.

Notas Explicativas

Norma	Principais exigências	Aplicações
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	<p>(b) Base de reavaliação como custo atribuído (<i>deemed cost</i>)</p> <p>Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remensuração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio. Esse evento pode ser, por exemplo, uma privatização ou aquisição.</p>	<p>As entidades que adotaram IFRS em períodos anteriores podem aplicar a alteração retroativamente no primeiro período anual após a alteração entrar em vigor, contanto que a data da mensuração esteja no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS.</p>
	<p>(c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos)</p> <p>As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para <i>impairment</i> de acordo com o IAS 36 na data da transição.</p>	<p>Aplicado prospectivamente.</p>
	<p>(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado.</p> <p>Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008).</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Não aplicável.</p>

Notas Explicativas

Norma	Principais exigências	Aplicações
	<p>(b) Mensuração de participações não controladoras</p> <p>A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Não aplicável.</p>
	<p>(c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente</p> <p>A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.</p>	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Não aplicável.</p>
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	<p>1º de janeiro de 2011</p> <p>Aplicado retroativamente.</p>
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	<p>1º de janeiro de 2011</p> <p>Não aplicável.</p>
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"	Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em <i>Joint Ventures</i> ", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	<p>Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010.</p> <p>Não aplicável.</p>
IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"	Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de:	1º de janeiro de 2011

Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicações</u>
	<ul style="list-style-type: none"> . circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; . transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; . mudanças na classificação dos ativos financeiros; e . mudanças nos passivos e ativos contingentes. 	
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	1º de janeiro de 2011

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e para o período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

(b) Imposto diferido de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Notas Explicativas

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não registrava ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda.

(d) Reconhecimento de Receita

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

4. Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas

(d) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP e do índice de inflação IPCA, principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
TJLP	6,0%	6,0%	5,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
IPCA	5,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%

*Fonte: Banco Santander

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP*	5,23%	6,53%	7,84%
IPCA**	4,33%	5,42%	6,50%

* Refere-se à média aritmética da projeção de 2011 a 2021 das taxas de TJLP apresentada acima.

** Refere-se à média aritmética da projeção de 2011 a 2022 dos índices de IPCA apresentada acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Notas Explicativas

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer (R\$ mil)		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Financiamento BNDES	Abr/21	Alta na TJLP	90.057	105.322	120.414

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer (R\$ mil)		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	Jul/22	Alta no IPCA	1.429.875	1.580.598	1.744.629

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e no período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, com classificação AAA pelas agências de *rating*. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. no montante de R\$ 19.314 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 13.697), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”. Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundo destas contas a receber por considerar que o mesmo esteja mitigado entre as concessionárias do setor rodoviário.

Notas Explicativas

(f) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

4.1 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento da empresa, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimo assinados. O nível de endividamento da empresa é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante, dividido por seu patrimônio líquido.

Em 2010, a Companhia reduziu seu índice de endividamento, comparado com 2009, por meio do aumento de seu capital, bem como pela melhoria na performance operacional de seu negócio. A Companhia substituiu o perfil de sua dívida captada em 2009, referente ao empréstimo sindicalizado (Nota 13), para uma dívida de longo prazo, por meio da emissão de debêntures no mercado. Atualmente a dívida da empresa está concentrada em seu exigível a longo prazo, o que permitirá que, por meio da geração de caixa operacional, a Companhia honre com seus compromissos financeiros assumidos.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>1.395.424</u>	<u>1.351.753</u>
Total do patrimônio líquido	<u>350.716</u>	<u>98.393</u>
Índice de alavancagem financeira	3,98	13,74

4.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas**5 Instrumentos financeiros por categoria**

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Ativos ao valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	23.034		23.034
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado		7.230	7.230
Caixa e equivalentes de caixa	<u>20.311</u>		<u>20.311</u>
	<u>43.346</u>	<u>7.230</u>	<u>50.575</u>
		<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2010			
Passivos, conforme o balanço Patrimonial			
Empréstimos		1.356.861	1.356.861
Fornecedores e outras obrigações		<u>39.742</u>	<u>39.742</u>
		<u>1.396.603</u>	<u>1.396.603</u>
		<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2009			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber		15.905	15.905
Ativos Financeiros mensurados a valor justo através do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa		<u>8.183</u>	<u>8.183</u>
		<u>24.088</u>	<u>24.088</u>

Notas Explicativas

	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2009		
Passivos, conforme o balanço Patrimonial		
Empréstimos	690.340	690.340
Fornecedores e outras obrigações	<u>661.143</u>	<u>661.143</u>
	<u><u>1.351.483</u></u>	<u><u>1.351.483</u></u>

Notas Explicativas

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
CGMP	19.314	13.697
Outros	<u>2.031</u>	<u>1.509</u>
Total de Contas a receber	<u><u>21.345</u></u>	<u><u>15.206</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Contra partes com classificação externa de crédito (<i>Standard & Price</i>)		
Banco Bradesco	2	
Banco do Brasil	3.570	3.811
Banco Nordeste		1
Banco Real	11	11
Banco Santander	14.699	2.715
Banco Votorantim		<u>113</u>
	<u>18.282</u>	<u>6.651</u>
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	444	4
Numerário em trânsito	1.290	1.239
Fundo de Troco	<u>295</u>	<u>289</u>
	<u>2.029</u>	<u>1.532</u>
Total de Caixa e equivalentes de Caixa	<u><u>20.311</u></u>	<u><u>8.183</u></u>
Aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito (<i>Standard & Price</i>)		
Banco do Brasil	<u>7.230</u>	
Total de Aplicações financeiras	<u><u>7.230</u></u>	

Notas Explicativas

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2010	Período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009
Caixa geral	444	4
Bancos conta movimento	4.486	1.995
Numerário em trânsito (i)	1.290	1.239
Fundo de troco	295	289
Aplicações financeiras (ii)	13.796	4.656
	20.311	8.183

(i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês correspondente.

(ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, CDBs, remunerados a taxas que variam entre 99% e 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

8 Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de aplicações financeiras no montante de R\$ 7.230, refere-se à aplicação constituída junto ao Banco do Brasil, com prazo de vencimento de 6 meses, com a finalidade de garantir o montante necessário para pagamento do principal e acessórios da dívida da Companhia (debêntures e empréstimo do BNDES) nesse mesmo período, contados a partir da data de liberação dos respectivos recursos.

Para garantir as obrigações assumidas pela Companhia, conforme cláusula 6ª do Contrato de Administração de Contas, em 10 de janeiro de 2011, a aplicação citada acima foi substituída por um Contrato de Constituição de Garantias e Outras Avenças (Seguro Fiança), no valor de R\$ 100.000 com vigência até o final das obrigações por ela garantidas, tendo como beneficiárias as empresas Oliveira Trust Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A. e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Notas Explicativas**9 Contas a receber**

	31 de dezembro de 2010	Período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento	19.314	13.697
DBTRANS Ltda.	1.382	780
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	623	703
Outras contas	26	26
	<u>21.345</u>	<u>15.206</u>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

10 Imobilizado**(i) Composição**

		31 de dezembro de 2010		
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	961	(67)	894
Móveis e utensílios	20	14	(2)	12
		<u>975</u>	<u>(69)</u>	<u>906</u>

Notas Explicativas**(ii) Movimentação**

	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do exercício	
(+) Adições	975
(-) Depreciação	<u>(69)</u>
Saldo no final do exercício	<u>906</u>

11 Intangível**(i) Composição**

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Liquido	Liquido
				31 de dezembro de 2010	Período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de
(a) Intangível em infraestrutura					
Edifícios e instalações	4	181.109	(4.479)	176.630	76.664
Pavimentações e conservação especial	12,5	156.783	(9.981)	146.802	22.703
Hardware equipamentos de pedágio	20	44.959	(5.057)	39.902	7.911
Demais melhorias e aplicações	4	39.890	(782)	39.108	3.474
Desapropriações	3,33	22.981	(643)	22.338	619
Máquinas e equipamentos	20	830	(62)	768	247
Móveis e utensílios	20	205	(32)	173	78
Obras em andamento (*)		<u>8.038</u>		<u>8.038</u>	<u>2.137</u>
		454.795	(21.036)	433.759	113.833
(b) outros intangíveis					
Direito de Outorga da concessão	3,33	1.337.239	(78.006)	1.259.233	1.303.807
Softwares adquiridos de terceiros	5,00	<u>110</u>	<u>(14)</u>	<u>96</u>	<u>1.303.807</u>
		<u>1.337.349</u>	<u>(78.020)</u>	<u>1.259.329</u>	<u>1.303.807</u>
		<u>1.792.144</u>	<u>(99.056)</u>	<u>1.693.088</u>	<u>1.417.640</u>

(*) Refere-se à construção da sede administrativa da Companhia.

Notas Explicativas

(a) Intangível - Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada pelo método linear às taxas acima mencionadas, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida mensalmente no resultado.

(b) Outros intangíveis

Refere-se, principalmente, ao direito de outorga correspondente à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário conforme mencionado na Nota 1, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão de 30 anos. Este montante foi ajustado a valor presente considerando uma taxa de desconto de 8% ao ano.

Esses contratos representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido em cada contrato.

As tarifas são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários.

A revisão e o reajuste das tarifas de pedágio têm como base o IPCA acumulado nos doze meses anteriores, tendo como referência o mês de maio do mesmo ano.

(ii) Movimentação

	31 de dezembro de 2010	Período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009
Intangível - Infraestrutura		
Saldo no início do período	113.833	
(+) Adições	338.267	116.529
(-) Amortização	<u>(18.341)</u>	<u>(2.696)</u>
	433.759	113.833
Outros intangíveis		
Saldo no início do período	1.303.807	
(+) Adições	110	1.337.238
(-) Amortização	<u>(44.588)</u>	<u>(33.431)</u>
	<u>1.259.329</u>	<u>1.303.807</u>
Saldo no final do período	<u><u>1.693.088</u></u>	<u><u>1.417.640</u></u>

Notas Explicativas**12 Fornecedores**

	31 de dezembro de 2010	Período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009
Construtora Norberto Odebrecht S/A ("CNO") (*)	13.131	21.358
Odebrecht Engenharia e Construção S.A. ("OSEC") (*)		13.534
Sema Engenharia de telecomunicações	2.968	
Vetec Com de Eletr. E Serv	1.104	
Protek Brasil Segurança	1.015	
Sempre Construções	1.062	242
Auto Socorro Lucca	583	
Outros	7.143	2.345
	<u>27.006</u>	<u>37.479</u>

(*) O saldo de fornecedores refere-se substancialmente a obrigações decorrentes do contrato de engenharia, fornecimento e construção de obras, conforme detalhado na Nota 15.

Notas Explicativas**13 Empréstimos e Debêntures**

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2010	Período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009
Empréstimo sindicalizado (*)	R\$	DI + 4,75%		712.226
Empréstimo BNDES	R\$	TJLP + 2,32%	208.441	
Debêntures	R\$	IPCA + 9,57%	1.186.983	
Custo a amortizar	R\$		(38.564)	(21.886)
			1.356.860	690.340
Menos				
Passivo circulante				
Empréstimo sindicalizado				690.340
Empréstimo BNDES			5.773	
Debêntures			24.857	
Total do passivo circulante			30.630	690.340
Passivo não circulante				
Empréstimo BNDES			197.983	
Debêntures			1.128.247	
			1.326.230	
Total do passivo não circulante			1.356.860	690.340

(*) Em 30 de julho de 2010 a Companhia liquidou o empréstimo sindicalizado pelo montante de R\$ 1.051.850.

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a., e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 1,02% a.a.

O montante liberado possui vencimento de juros e atualização trimestral a partir de 15 de outubro de 2010 e mensalmente, a partir de 15 de novembro de 2011. O principal será amortizado a partir de 15 de novembro de 2011 até o final do Contrato.

Em 15 de outubro de 2010, a Companhia quitou o montante de R\$ 2.194 referente a juros.

Notas Explicativas

A composição da operação do empréstimo junto ao BNDES em 31 de dezembro de 2010 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2010
Agosto/2010	175.364	Abril/2021	TJLP + 2,32%	178.388
Dezembro/2010	30.000	Abril/2021	TJLP + 2,32%	30.053

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito serão destinados a realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I, a serem realizados até 2015.

(b) Debêntures

A Companhia realizou, em 15 de junho de 2010, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 1.100.000, cuja liquidação financeira ocorreu em 30 de julho de 2010. Foram emitidas 110.000 debêntures, sendo que 55.000 de Primeira Série e 55.000 de Segunda Série. As debêntures serão atualizadas a partir da data de emissão, com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 9,57% ao ano.

A composição da operação da escrituração de debêntures em 31 de dezembro de 2010 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2010
Jun/ 10	1ª série	550.000	Janeiro/2022	IPCA + 9,57%	593.491
Jun/10	2ª série	550.000	Julho/2022	IPCA + 9,57%	593.492
		<u>1.100.000</u>			<u>1.186.983</u>

O valor nominal unitário atualizado das debêntures de primeira e segunda séries será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
15 de janeiro de 2013	3,00%	15 de julho de 2012	3,00%
15 de janeiro de 2014	3,00%	15 de julho de 2013	3,00%
15 de janeiro de 2015	5,00%	15 de julho de 2014	3,00%
15 de janeiro de 2016	7,00%	15 de julho de 2015	5,00%
15 de janeiro de 2017	8,50%	15 de julho de 2016	7,00%
15 de janeiro de 2018	11,00%	15 de julho de 2017	8,50%
16 de janeiro de 2019	13,00%	15 de julho de 2018	11,00%
17 de janeiro de 2020	16,50%	15 de julho de 2019	13,00%
18 de janeiro de 2021	17,00%	15 de julho de 2020	16,50%
19 de janeiro de 2022	16,00%	15 de julho de 2021	17,00%
		15 de julho de 2022	13,00%

Notas Explicativas

(i) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado

(ii) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado

O montante captado na operação das debêntures foi utilizado para a liquidação do empréstimo ponte, ocorrida em 30 de julho de 2010.

(c) Custos de transação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31 de dezembro de 2010		
	Debêntures	BNDES	Total
Custo de transação	35.268	4.981	40.249
(-) Amortizações	(1.389)	(296)	(1.685)
Saldo no final do período	<u>33.879</u>	<u>4.685</u>	<u>38.564</u>

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2011	3.579	542	4.121
2012	3.603	776	4.379
2013	3.626	686	4.312
2014	3.659	599	4.258
2015 em diante	<u>19.412</u>	<u>2.082</u>	<u>21.494</u>
	<u>33.879</u>	<u>4.685</u>	<u>38.564</u>

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos nos contratos de empréstimo:

- Limitação para realização de transferência de ações, excetuando-se qualquer transferência na qual as sociedades sucessoras sejam direta ou indiretamente da Organização Odebrecht;
- Alienação de quaisquer equipamentos ou outros bens, sem a anuência expressa dos credores, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “leasing operacional”, em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora, não superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais)); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou

Notas Explicativas

- administrativas; ou (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão;
- Limitação para conceder empréstimos ou financiamentos em montante superior ao equivalente de um faturamento mensal;
 - Manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada exercício;
 - Abster-se de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio com o índice de cobertura de serviço da dívida abaixo de 1,30;
 - Manter uma relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Financeiro não inferior a 0,2 (dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento e apurado ao final de cada exercício social;
 - Manter Conta Reserva de Serviço da Dívida, a qual deverá conter o montante equivalente aos recursos necessários para o pagamento das próximas seis prestações do serviço da dívida (Nota 8);
 - Manter Conta Reserva de O & M, a qual deverá conter o montante equivalente ao custo operacional por um período de três meses, a serem estimados com base naquilo que foi gasto pela Companhia nos três meses anteriores.

As cláusulas restritivas vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia.

14 Credor pela aquisição da concessão

	31 de dezembro de 2010	Período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009
Parcelas fixas – direito de outorga (i)		618.164
Parcela variável (ii)	976	811
Passivo circulante	<u>976</u>	<u>618.975</u>

(i) Parcelas fixas

Refere-se ao saldo do ônus fixo da concessão, composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem - (DER - SP) pela outorga.

A outorga fixa, no valor total de R\$ 1.342.000, foi liquidada em 19 parcelas, sendo a última quitada em 29 de outubro de 2010.

(ii) Parcela variável

O ônus variável corresponde a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias e sua liquidação ocorre no último dia útil de cada mês subsequente à arrecadação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram apurados encargos correspondentes à parcela variável no montante de R\$ 10.679, dos quais R\$ 9.703 foram pagos à ARTESP.

Notas Explicativas

15 Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Passivo circulante	Transações
	Fornecedores	Serviços Prestados
CNO	13.131	289.077
Em 31 de dezembro de 2010	<u>13.131</u>	<u>289.077</u>
OSEC	13.534	107.313
CNO	21.358	22.089
Em 31 de dezembro de 2009	<u>34.892</u>	<u>129.402</u>

Em 2 de abril de 2009, a Companhia firmou Contrato de Engenharia com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNOB") antiga OSEC, para fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

Em 1º de outubro de 2009, a CNOB cedeu à CNO, de forma irrevogável, todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de Engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

Em 2010, a Companhia obteve empréstimos (mútuo) com empresas do Grupo Odebrecht, com vencimento para novembro de 2010, remunerados a uma taxa de 115% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), cujo saldo na data de vencimento totalizou R\$ 65.424, tendo sido reconhecidos no resultado juros e correções que totalizaram R\$ 4.624.

Os mútuos foram liquidados em 18 de novembro de 2010, tendo sido R\$ 63.745 integralizados ao capital social da Companhia (Nota 17) e o saldo remanescente liquidado em dinheiro.

Honorários dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o montante pago a título de salários, encargos e benefícios aos administradores da Companhia foi de R\$ 2.510.

A Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 não possuía Conselho de Administração nem Conselho Fiscal. Os membros da Diretoria foram remunerados por outra sociedade da Organização Odebrecht.

16 Contingências

A Companhia é parte envolvida em expedientes trabalhistas, cíveis e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Essas contingências incluem uma Ação Civil Pública (Processo nº 428.01.2009.008281-9) que questiona a legalidade da cobrança do pedágio na Rodovia Estadual Professor Zeferino Vaz (SP332, Km 132,55), antiga Rodovia General Milton Tavares de Souza.

Notas Explicativas

A administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes desses processos em virtude de não ser provável a ocorrência de uma saída de recursos.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

A Companhia foi constituída em 9 de fevereiro de 2009, mediante subscrição e integralização de 1.000 ações, sendo 500 ações ordinárias e 500 ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 25 de janeiro de 2010, a Companhia emitiu 27.186.694 novas ações, totalmente subscritas, sendo 13.593.347 ações ordinárias e 13.593.347 ações preferenciais, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 23 de abril de 2010, a Companhia emitiu 57.054.000 novas ações, totalmente subscritas, sendo 28.527.000 ações ordinárias e 28.527.000 ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 27 de outubro de 2010, a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 263.745, passando de R\$ 293.054 para R\$ 556.799, mediante a emissão de 131.872.525 novas ações ordinárias e 131.872.525 novas ações preferenciais emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, sendo o capital subscrito pela OTPP e integralizado no total de R\$ 233.745, da seguinte forma: (i) o montante de R\$ 170.000 através de aporte, (ii) R\$ 63.745 mediante capitalização de crédito devido pela OTPP contra a Companhia. O saldo remanescente de R\$ 30.000, deverá ser integralizado até 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, sendo 556.799.050 da OTPP e 1 ação ordinária subscrita e integralizada pela OPI. Das ações ordinárias de propriedade da OTPP, 4 foram cedidas fiduciariamente aos conselheiros da Companhia, sendo certo que cada conselheiro recebeu em fidúcia uma ação ordinária.

18 Receita

	31 de dezembro de 2010	Período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009
Receita de obra de infraestrutura (i)	338.267	116.529
Receita de operação		
Receitas em numerário	129.512	53.108
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	191.995	65.727
Receitas de vale pedágio (iii)	32.966	10.493
Outras receitas	<u>1.494</u>	<u>438</u>
	355.967	129.766
Tributos sobre serviços de operação	<u>(30.800)</u>	<u>(11.268)</u>
	<u><u>663.434</u></u>	<u><u>235.027</u></u>

Notas Explicativas

- (i) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, um montante de R\$ 338.267 (R\$ 116.529 para o período de 09 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009) como receita de obras de infra-estrutura, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Na apuração do valor justo da sua contra prestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

	31 de dezembro de 2010	Período de 09 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009
Receita de obra de infraestrutura	338.267	116.529
Custos de construção	<u>(334.884)</u>	<u>(115.364)</u>
Valor justo da infraestrutura	<u><u>3.383</u></u>	<u><u>1.165</u></u>

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (*“Automatic Vehicle Identification”*) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada (CGMP).
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

Notas Explicativas

19 Custos dos serviços

Os custos dos serviços prestados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e no período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009 são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2010	Período de 09 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009
Custo de operação		
Amortização do direito de outorga	(44.575)	(33.431)
Gerenciamento, manutenção e conservação da rodovia	(27.427)	(38.130)
Depreciação, amortização do intangível e provisão de conserva especial	(18.854)	(2.966)
Pessoal	(12.983)	(4.299)
Outorga variável	(10.679)	(3.893)
Seguros	(12.185)	(10.168)
Serviços de terceiros	(8.764)	(2.285)
Atendimento pré hospitalar	(5.004)	(2.489)
Guincho	(3.824)	(1.482)
Materiais	(2.392)	(2.906)
Outros	(9.993)	(1.657)
	<u>(156.680)</u>	<u>(103.706)</u>
Custos de obra de infraestrutura		
Custo de Obra de Infraestrutura	(334.884)	(115.364)
	<u>(334.884)</u>	<u>(115.364)</u>
	<u>(491.564)</u>	<u>(219.070)</u>

20 Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de 2010	Período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(170.851)	(48.667)
Encargos financeiros pela aquisição da concessão	(22.385)	(45.084)
IOF sobre empréstimos tomados	(10.757)	(5.996)
Comissões bancárias sobre empréstimos	(18.781)	(6.668)
Outras	(77)	(71)
	<u>(222.851)</u>	<u>(106.486)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	3.449	1.140
	<u>(219.402)</u>	<u>(105.346)</u>

Notas Explicativas

21 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro no valor de R\$ 174.823 e R\$ 174.956, respectivamente. Entretanto, a Companhia não possui histórico de rentabilidade que justifique a constituição de tributos diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social em 31 de dezembro de 2010.

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	Ativo		Passivo	
	dezembro de 2010	dezembro de 2009	dezembro de 2010	dezembro de 2009
Provisão multa 40% FGTS	122			
Provisão honorarios Diretoria	182			
Amortização do AVP	1.524	1.042		
Receita de construção			115.011	
Provisão de conserva			(130)	
AVP JUROS CONSERVA			(17)	
Custo de Construção			(113.861)	
Diferença de Depreciação			(62)	
	1.829	1.042	941	-

No período findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social nos montantes de R\$ 75.833 e R\$ 75.967 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 98.990 e R\$ 98.990), respectivamente, os quais serão compensados com lucros tributáveis futuros.

Conforme legislação fiscal vigente, a referida compensação está limitada, anualmente, a 30% do lucro tributável, não havendo, entretanto, prazo de prescrição.

Notas Explicativas

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição social	(75.703)	(75.703)	(102.136)	(102.136)
Ajustes:				
Adições permanentes	331	197	75	75
Adições temporárias	2.315	2.315	3.191	3.191
Exclusões permanentes				
Exclusões temporárias	(2.776)	(2.776)	(119)	(119)
Lucro Real antes da compensação do prejuízo fiscal e base negativa	(75.833)	(75.967)	(98.989)	(98.989)
Compensação do prejuízo fiscal e da base negativa (30%)				
Lucro tributável no exercício				
Imposto de renda (15% mais adicional de 10%) e contribuição social (9%)				
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício				

22 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Até 31 de dezembro de 2010, foram contratados junto ao Itaú S.A., e através da Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda. ("OCS"), tendo a ARTESP como favorecida, os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Riscos de Engenharia	30/01/2011	15.368
Patrimonial	28/02/2011	12.765
Riscos de Engenharia	01/03/2011	7.521
Responsabilidade Civil	02/04/2011	55.240
Riscos Operacionais	03/04/2011	314.965
Directors and Officers Liability	01/06/2011	40.000
Patrimonial	01/06/2011	213
Patrimonial	01/06/2011	601
Seguro Garantia	30/06/2011	94.045
Seguro Garantia	30/06/2011	215.437

23. Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez

23.1 Base da transição

23.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras.

A data de constituição da Companhia é 9 de fevereiro de 2009. Portanto, não são aplicáveis considerações de balanço de abertura.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou a exceção obrigatória relevante e não foi necessário aplicar isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva. A exceção da aplicação retrospectiva seguida pela Companhia foi relativa a estimativas, visto que as estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

Outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo na área de reversão de ativos e passivos financeiros.

Não foram aplicadas isenções na apresentação desta demonstração financeira.

Notas Explicativas

23.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado e posteriormente, as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

Contratos de concessão

Os contratos de concessão são reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01 e do OCPC 05. Esses contratos representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido em cada contrato.

As tarifas de pedágio são revisadas anualmente, sendo que a revisão e o reajuste das tarifas de pedágio, tem como base o IPCA acumulado nos doze meses anteriores, tendo como referência o mês de maio do mesmo ano.

Em conformidade com o BR GAAP antigo, os gastos relacionados às concessões eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo com o prazo de duração da concessão.

No que diz respeito aos novos CPCs a infraestrutura relacionada aos contratos de concessão deixa de ser registrada como ativo imobilizado do concessionário, tendo em vista que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle e até mesmo de propriedade da infraestrutura dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento dos respectivos contratos.

Nesse contexto, para fins de registros contábeis, o concessionário registra as receitas de serviços de construção e melhorias de acordo com os CPCs 17 e 30, em conta de receitas de construção, tendo como contrapartida as rubricas de ativo intangível. A receita de construção é calculada com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela Administração, com base em premissas devidamente fundamentadas.

Pelas características do Contrato de Concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, o Ativo Intangível é reconhecido pelo direito de exploração da rodovia, de utilização do serviço público, onde ao final da vigência do Contrato os bens serão revertidos ao Poder Concedente, ou seja, é classificado como Ativo Intangível.

Notas Explicativas

23.3 Conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs

(a) Apresentação do balanço patrimonial antes e após os ajustes de CPCs – (BRGAAP antigo x CPCs) em 31 de dezembro de 2009

	De acordo com BR GAAP antigo	Efeitos ICPC 01	De acordo com ICPC
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8.183		8.183
Contas a receber	15.206		15.206
Tributos a recuperar	241		241
Despesas antecipadas	7.135		7.135
Outros ativos	699		699
	<u>31.464</u>		<u>31.464</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	37.479		37.479
Debêntures	690.340		690.340
Empréstimos	1.143		1.143
Salários e encargos sociais	3.430		3.430
Tributos a pagar	618.975		618.975
Credor pela aquisição da concessão	116		116
Outros passivos			
	<u>1.351.483</u>		<u>1.351.483</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imobilizado	1.042		1.042
Intangível	111.821	(111.821)	
	<u>1.304.681</u>	<u>112.959</u>	<u>1.417.640</u>
	<u>1.417.544</u>	<u>1.138</u>	<u>1.418.682</u>
Total do ativo	<u>1.449.008</u>	<u>1.138</u>	<u>1.450.146</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Patrimônio líquido			
Capital social	198.619		198.619
Prejuízos acumulados	(101.094)	868	(100.226)
	<u>97.525</u>	<u>868</u>	<u>98.393</u>
	<u>1.449.008</u>	<u>1.138</u>	<u>1.450.146</u>

Notas Explicativas

23.4 Conciliação do prejuízo líquido no período de 9 a 31 de dezembro de 2009.

	<u>De acordo com BR GAAP</u>	<u>Efeitos ICPC 01</u>	<u>De acordo com ICPC</u>
Operações continuadas			
Receita	118.498	116.529	235.027
Custo dos serviços	<u>(103.418)</u>	<u>(115.652)</u>	<u>(219.070)</u>
Lucro bruto	15.080	877	15.957
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	(11.875)		(11.875)
Outras (despesas) receitas, líquidas	<u>5</u>	<u>(9)</u>	<u>(4)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido	3.210	868	4.078
Receitas financeiras	1.140		1.140
Despesas financeiras	<u>(106.486)</u>		<u>(106.486)</u>
Despesas financeiras, líquidas	(105.346)		(105.346)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(102.136)	868	(101.268)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.042</u>		<u>1.042</u>
Prejuízo do exercício/período das operações continuadas	(101.094)	868	(100.226)

Notas Explicativas

23.5 Informação por trimestre

As Informações Trimestrais abaixo foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo as reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Em conformidade com a Deliberação CVM Nº 656, de 25 de janeiro de 2011, que alterou o artigo 2º da Deliberação CVM Nº 603, de 10 de novembro de 2009, a Companhia, em função de, até a data de apresentação das presentes demonstrações financeiras anuais, não ter ainda reapresentado as informações trimestrais (ITR) do primeiro ao terceiro trimestre de 2010, incluiu abaixo, um resumo evidenciando para cada trimestre do exercício de 2010, comparativo ao exercício de 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

	31 de março de 2010 (Não auditado)	30 de junho de 2010 (Não auditado)	30 de setembro de 2010 (Não auditado)
Patrimônio líquido			
Saldo anteriormente publicado	132.740	171.341	134.244
Ajustes em decorrência da plena adoção das normas	1.101	1.442	1.888
Saldo ajustado	133.841	172.783	136.132
Resultado do período			
Saldo anteriormente publicado	(2.113)	(20.619)	(57.716)
Ajustes em decorrência da plena adoção das normas	233	574	1.020
Saldo ajustado	(1.880)	(20.045)	(56.696)
Patrimônio líquido			
Saldo anteriormente publicado	31.157	41.954	62.804
Ajustes em decorrência da plena adoção das normas		109	502
Saldo ajustado	31.157	42.063	63.306
Resultado do período			
Saldo anteriormente publicado	(1.858)	(31.637)	(70.350)
Ajustes em decorrência da plena adoção das normas		109	502
Saldo ajustado	(1.858)	(31.528)	(69.848)

Os referidos ajustes ocorridos nos trimestres acima decorrem exclusivamente da aplicação do ICPC01 e OCPC05, relacionados ao contrato de concessão mantido pela Companhia. O efeito total e a reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do período de 9 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009 estão apresentados na Nota 23.3.

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 17.236. Os planos da administração da Companhia relacionados à equalização da situação de capital circulante líquido negativo estão apresentados na Nota 1. Até que o volume das operações seja suficiente para gerar fluxos positivos de caixa e que a administração concretize com êxito seu plano, a Companhia dependerá de recursos financeiros provenientes de seus acionistas ou de terceiros para a liquidação de suas obrigações correntes. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração
do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às

demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 10 de março de 2011.

PricewaterhouseCoopers Marco Aurélio de Castro e Melo
Auditores Independentes Contador CRC 1SP153070/O-3
CRC 2SP000160/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Juca Peçanha, nº 116, Cidade Satélite, Atibaia, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2010.

Atibaia, 10 de março de 2010.

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor-Presidente

Lucas Cive Barbosa
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Nelson Tadashi Tsunoda
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Juca Peçanha, nº 116, Cidade Satélite, Atibaia, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2010.

Atibaia, 10 de março de 2010.

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor-Presidente

Lucas Cive Barbosa
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Nelson Tadashi Tsunoda
Diretor